

Bragança lidera ranking de eficiência financeira da região Norte

Há ainda três municípios do distrito com um prazo de pagamento superior a 60 dias: Freixo, Macedo e Mirandela

Olga Telo Cordeiro

Em 2017, Bragança apresentou, pelo terceiro ano consecutivo, a melhor eficiência financeira na região Norte, num total de 30 municípios de média dimensão. O município ocupa o 17.º lugar no ranking global nacional dos municípios de média dimensão.

São conclusões da análise efectuada a todos os municípios portugueses, pela Ordem dos Contabilistas Certificados, que constam do Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo ao exercício económico de 2017, que foi apresentado no início deste mês.

Bragança integra, ainda, os municípios com melhor índice de dívida total, ocupando a 23.ª posição



a nível nacional, tendo subido 17 posições relativamente ao ano de 2015 e, no quadriénio de 2014-2017, reduzido a estrutura da dívida total, em

44,15%, no valor de 4,11 milhões de euros.

Em 2017, havia ainda três municípios do distrito de Bragança – Freixo de Espada

à Cinta, Mirandela e Macedo de Cavaleiros – com um prazo médio de pagamento superior a 60 dias.

Freixo de Espada à Cinta, Mirandela e Macedo de Cavaleiros estão entre os municípios com maior prazo médio de pagamento.

Segundo o Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses, relativo a 2017 Freixo é o 13.º mais demorado a pagar a nível nacional, com 221 dias, tendo aumentado este prazo, já que em 2016 pagava a 86 dias. Já Mirandela é o 17.º demorando 196 dias a pagar, apesar de ter reduzido em 34 dias esse prazo. Macedo de Cavaleiros é o 27.º em todo o país e demora 145 dias a pagar aos fornecedores, diminuindo a média anterior que era de 320 dias.

Por outro lado, Miranda do Douro é o município com menor prazo médio de paga-

mento em todo o país, pagando no próprio dia aos fornecedores. Também na lista dos melhores pagadores está Alfândega da Fé, é o 8.º no país, com 1 dia de prazo médio de pagamento.

Pagando em 2 dias, Vimioso surge em 19.º lugar e Mogadouro com 6 dias é o 51.º.

Alfândega da Fé e Freixo de Espada à Cinta surgem ainda no top de municípios com índice de dívida total superior a 1,5 da média da receita corrente dos três anos anteriores, mesmo tendo ambos vindo a reduzir o valor da dívida total.

Alfândega tem o 7.º pior índice, é de 2,59 acima da média da receita, acumulando uma dívida de 17,9 milhões de euros. E Freixo é o 15.º pior com 2,2 de índice da dívida superior à receita, contabilizando 13,3 milhões de dívida.

Parlamento Europeu Apresentação geral e principais funções

Iniciamos hoje a publicação de um conjunto de artigos que visam apresentar o Parlamento Europeu, bem como o seu modo de funcionamento, com o propósito de esclarecer os cidadãos que em breve serão chamados a eleger os deputados nacionais ao Parlamento Europeu. Pretende-se também sensibilizar o cidadão para as grandes questões em debate na Europa e, em particular, apelar à sua participação nas eleições europeias que se realizam a 26 de maio de 2019.

A União Europeia tem por base um sistema institucional único no mundo, composto por diferentes instituições e órgãos. Três instituições, pela sua particular importância formam o chamado “Triângulo Institucional”: a Comissão Europeia, o Conselho da União Europeia (composto pelos primeiros-ministros dos estados-membros) e o Parlamento Europeu com os deputados eleitos por cada país da União Europeia.

O Parlamento Europeu é o único órgão diretamente eleito pelos cidadãos. Atualmente é composto por 751 deputados que representam os 500 milhões de cidadãos da UE. Tem sede em Estrasburgo e dispõe de três locais de trabalho, Bruxelas, Luxemburgo e Estrasburgo.

O Parlamento Europeu tem três funções principais:

O poder legislativo – o PE toma decisões em conjunto com o Conselho da União Europeia sobre a legislação que tem impacto no quotidiano dos cidadãos da União. Decide sobre temas como a liberdade de circulação, a segurança alimentar e a proteção dos consumidores, a área do ambiente, e relativamente aos diferentes setores da Economia. Os Estados-Membros conservam o direito de veto em domínios como a fiscalidade, os negócios estrangeiros e a defesa. Em alguns domínios, o Conselho tem de obter a aprovação do Parlamento Europeu antes de to-

mar uma decisão. Mesmo nos domínios em que os Estados-Membros conservam autonomia, como a educação e a cultura, beneficiam frequentemente de medidas de apoio da União Europeia. É o caso, por exemplo, do programa Erasmus+, que oferece aos jovens europeus oportunidades de estudo, voluntariado, formação ou experiência profissional noutro país da UE.

O poder orçamental – os poderes orçamentais são a principal prerrogativa do parlamento: quem afeta os fundos tem o poder de definir as prioridades políticas. Ao nível da União Europeia este poder é partilhado entre o Parlamento Europeu e o Conselho. Adotam em conjunto um quadro financeiro plurianual, a cada sete anos, e anualmente examinam e aprovam o orçamento para o ano seguinte, assim como as despesas do ano transato.

O poder de controlo – O Parlamento Europeu assegura a gestão corre-

ta dos fundos da União Europeia, de acordo com o estipulado no orçamento.

– O poder de controlo sobre a Comissão Europeia – Os resultados das eleições para o PE são tidos em consideração na designação do presidente da Comissão Europeia. Cabe ao Parlamento eleger o presidente da Comissão, cujos membros (presidente e colégio de comissários) são depois colegialmente sujeitos a um voto de aprovação também do PE, que no entanto mantém ao longo da legislatura o poder de obrigar em caso de necessidade a Comissão a demitir-se.

Os comissários são frequentemente instados a justificar as suas políticas perante o Parlamento e quer o

presidente do Conselho Europeu quer o alto-representante da União Europeia para os Negócios Estrangeiros e a Política de Segurança comparecem com regularidade no Parlamento para informar os deputados e responder às suas perguntas.

Ao longo dos últimos anos, aumentou significativamente o número de debates que o Parlamento realizou com os principais decisores sobre questões relacionadas com o euro, numa tentativa de tornar mais transparentes as tomadas de decisão em matéria de política monetária. Neste sentido, o PE tornou-se um fórum incontornável em prol da transparência da governação da área do euro.



Campus de Santa Apolónia | 5300-253 Bragança
Tel. 273 303 282 | Fax. 273 325 489
E-mail: ciedbraganca@ipb.pt
Web: <http://www.ciedbraganca.ipb.pt>